

O sujeito empreendedor como modelo formativo e como modo de governamentalidade da escola contemporânea

Autor:

Ademir Henrique Manfré

Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, São Paulo

DOI: 10.58203/Licuri.20660

Como citar este capítulo:

MANFRÉ, Ademir Henrique. O sujeito empreendedor como modelo formativo e como modo de governamentalidade da escola contemporânea. In: OLIVEIRA, Habyhabanne Maia (Org.). *Estudos e Tendências da Educação do Século XXI*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 125-140.

ISBN: 978-65-85562-06-5

Resumo

Neste capítulo, buscou-se desenvolver uma breve revisão teórica crítica a respeito da temática empreendedorismo e educação escolar. É resultado de elaborações teóricas e práticas desenvolvidas junto à disciplina “Teorias e Tendências Educacionais no Brasil” ministrada junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Oeste Paulista. Desse modo, pontuou-se como objetivo geral da presente discussão investigar o papel desempenhado pela cultura do desempenho no direcionamento dos processos formativos na escola contemporânea. Partiu-se dos seguintes questionamentos: por qual motivo inserir a cultura do empreendedorismo nas escolas? O que temos feito de nós mesmos sob as formas de controle da vida? A partir de uma abordagem analítica foucaultiana, pretendeu-se analisar as consequências da governamentalidade na formação escolar, investigando os modos como a educação se associa às artes de governo, tomando a crítica foucaultiana como forma de questionamento, de tensão e de não ser governado dessa forma diante dos excessos de governo na formação escolar. A ideia é compreender a noção de crítica foucaultiana como elemento de resistência aos discursos do empreendedorismo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Crítica foucaultiana. Governamentalização.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o empreendedorismo tornou-se mola mestre das discussões sobre economia, desenvolvimento social e também sobre desempenho e formação escolar.

Para que se tenha uma ideia mais acertada do que estamos tratando, num episódio do documentário “Escolas Sírias” difundido pela rede de televisão BBC de Londres, a primeira-dama da Síria ministrou um discurso laudatório a respeito dessa temática a estudantes que desenvolveram vários projetos tidos como inovadores.

Quando nos reportamos ao Brasil, a partir de um evento sobre “Identidade empreendedora” desenvolvido pela FIESP¹, SESI² e FIRJAN³, em parceria com a Secretaria de Educação de São Paulo, ensejou-se a ideia de que a qualificação e o desempenho, a partir de competências e habilidades específicas, são um excelente dispositivo para o desenvolvimento econômico do país.

A partir do exposto, embrenhamos os seguintes questionamentos: o que afirma e o que se afirma com o discurso do empreendedorismo na contemporaneidade? Quais mecanismos de governo estão presentes nesse discurso?

Quando nos reportamos aos parâmetros internacionais, o debate sobre educação empreendedora é fecundo.

A exemplo, citam-se vários relatórios produzidos por organismos internacionais, tais como a OCDE⁴, a ONU⁵ e a UNESCO⁶, que reconheceram a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico dos países.

Outra proposta é aquela emanada do Fórum Econômico Mundial, o qual chancela a Conferência de Davos, realizada anualmente, cujo tema do empreendedorismo é amplamente discutido.

¹ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

² Serviço Social da Indústria.

³ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico.

⁵ Organização das Nações Unidas.

⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Chavões⁷ como “Pense fora da caixinha”, “Enfrente desafios”, “Vença seus medos”, “Invista em si mesmo” são apresentados como fomentadores de comportamentos empreendedores.

Surge o imperativo de que a cultura do desempenho (transfigurada no empreendedorismo como realização máxima da formação, citando Nosella, 2010) deve ser seguida por todos/as.

Para se ter uma ideia do que estamos tratando, no ano de 2017, a *Bizword*⁸ completou 20 anos de atuação educacional em mais de 100 países em todo o globo. Seu lema é capacitar estudantes a tornarem-se empreendedores de sucesso.

No Brasil, a *Junior Achievement*⁹ surgiu com a missão de preparar estudantes - desde a Educação Infantil - a serem cidadãos qualificados¹⁰.

Pelo exposto, a figura do empreendedor de si passa a ser o novo modelo formativo requerido e exaltado como um dos principais suportes para a cultura do desempenho e, por conseguinte, para a educação do futuro.

Desse ponto de vista, o modelo de conduta a ser desenvolvido pelos indivíduos é motivado pelo comportamento empreendedor: que vença o melhor, o mais preparado, o mais qualificado, reforçando a formação do empresário de si como elemento fundamental para se alcançar o sucesso.

Quando o assunto é empreendedorismo na escola, Dolabela¹¹ é o autor que mais se destaca na literatura brasileira.

⁷ Extraído do vídeo “Kylee Majkowski de 10 anos quer ensinar empreendedorismo a crianças no Brasil”. Disponível em: MAJKOWSKI, Kylee. Apresentação. In: *Fórum da liberdade*, Porto Alegre. Painel “Empreendedorismo”, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xlg4qRGFKKQ>. Acesso em: 23 nov. 2021.

⁸ A *Bizword* é um programa empresarial que surgiu no ano de 2000 nos EUA, atuando em mais de 100 países no mundo, desenvolvendo programas de empreendedorismo nas escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Sua meta é preparar crianças e jovens para a atuação empreendedora, engajando a educação para o empreendedorismo.

⁹ Segundo seu site oficial, a *Junior Achievement* é uma organização global sem fins lucrativos fundada em 1919 nos EUA. A referida oferece programas pedagógicos para a aplicação na Educação Básica. No Brasil, possui mais de 150 mil colaboradores atendendo cerca de 4 milhões de estudantes nos 27 estados da federação. Sua missão é formar cidadãos qualificados e realizados, estimulando o desenvolvimento econômico do país. Disponível em: www.jabrasil.org.br. Acesso em: 14 set. 2021.

¹⁰ Essa discussão será aprofundada no decorrer da presente investigação.

¹¹ Fernando Dolabela é um dos autores mais citados na literatura brasileira quando o assunto é Pedagogia Empreendedora. O autor é consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Algumas obras publicadas: *Empreendedorismo, a viagem do sonho*; *Empreendedorismo, uma forma de ser*; *Pedagogia Empreendedora*, além de vários artigos publicados em revistas científicas. O autor argumenta que o empreendedorismo é uma forma de ser e não simplesmente de fazer. Para ele, empreender é “engendrar formas de gerar e distribuir riquezas materiais e imateriais por meio de ideias, conhecimentos, teorias e cultura” (DOLABELA, 2015, p. 29).

O autor afirmou que os estudos atuais indicam que o empreendedorismo abre novas oportunidades para os indivíduos se qualificarem, oferecendo, automaticamente, graus de realização pessoal. Para tanto, precisam receber educação empreendedora desde bem cedo.

Até o presente momento, fica claro que os comportamentos empreendedores têm embutido, em seu âmago, os valores do desempenho.

Pelo exposto acima, a cultura do desempenho, estimulada desde a mais tenra idade, é oferecida como tábua de salvação para motivar e estimular os estudantes a adquirirem comportamentos empreendedores para serem bem sucedidos na vida. Aproveitando a deixa, Dolabela (1998) afirmou que as escolas públicas não são suficientes em suas propostas educativas. Nesse caso, o autor defende que é necessário investir massivamente em competências e habilidades, gerando criatividade e inovação.

Diante da amplitude que caracteriza a temática, este trabalho possui como objetivo geral investigar o papel delimitado pela cultura do desempenho no direcionamento dos processos formativos na escola contemporânea.

METODOLOGIA

A opção metodológica deste estudo é por uma ontologia do presente, a qual envolve considerar que a governamentalidade, sustentada por um conjunto de dispositivos, produz efeitos de verdade nos discursos e nas práticas educativas.

Resistir às diferentes formas de condução da conduta e governo de si e da vida exige questionar a verdade que os legitimam, como essa verdade se articula com o sujeito, entendido não como uma realidade dada desde sempre, mas que se constitui historicamente por meio de processos de sujeição e subjugação. Assim, é preciso uma ontologia de nós mesmos e uma atitude crítica para nos reinventarmos de forma criativa e em constante negação das intervenções biopolíticas e dos processos de governamentalidade do momento presente, que se apropriam cada vez mais da vida em sua integridade.

A partir de um estudo bibliográfico realizado em artigos científicos e livros publicados na última década, objetivou-se compreender como o discurso do empreendedorismo adentra nos espaços formativos escolares.

Como forma de se contrapor a esses discursos, buscou-se em Foucault (1995) uma analítica no sentido de apresentar em outras bases - a da crítica - os elementos da arte de não ser governado, da reflexão indócil e da insubmissão voluntária.

Essa perspectiva crítica tem se ocupado em realizar a crítica do presente, preocupada com a compreensão da realidade educacional e do modo como ela lança desafios para se pensar a formação escolar.

Sob diferentes perspectivas, essa abordagem adverte que pensar os processos formativos pela via da atitude crítica foucaultiana requer a compreensão acerca do tempo histórico, da cultura e da forma como são produzidas as subjetividades dóceis.

Acreditamos que a perspectiva crítica poderá nos aproximar dos problemas que são específicos da nossa realidade sem perder de vista os vínculos com aspectos que são próprios da cultura no contexto da cultura do desempenho.

O EMPREENDEDORISMO COMO MODO DE VIDA

Mafalda reproduz, no quadrinho abaixo, o discurso, presente nos últimos tempos, das denominadas competências e habilidades tão requeridas para o almejado sucesso profissional.



Figura 1. Self-Mad Man

Fonte: <http://sociedadesemprisoas.blogspot.com/2011/12/mafalda-self-made-man.html>

Habilidades cognitivas, competências racionais e socioemocionais, aprendizagem ativa, protagonismo e empreendedorismo são diferentes termos utilizados para nomear os perfis

almeçados na formação dos estudantes na chamada cultura do desempenho (NOSELLA, 2010; CARVALHO; SILVA, 2017).

Essa polissemia conceitual evidencia que a escola enfrenta muitos desafios, uma vez que ela pode não estar respondendo às demandas da contemporaneidade, permitindo que se discuta a formação de um “novo” indivíduo: competitivo, com capacidade de aprender a aprender constantemente (muitas vezes desvinculada do aprender a pensar), que seja habilidoso, produtivo, e mais, com capacidade de aprender a empreender.

De acordo com Carvalho e Silva (2017, p. 175), “evidencia-se, em nosso tempo, uma difusão de modelos de currículos que tomam a infância como alvo privilegiado para o investimento econômico”.

No entendimento de Nosella (2010), a cultura do desempenho exerce atuação em todos os âmbitos da escola, promovendo a competitividade e o empreendedorismo como pilares da educação atual, sustentados pela racionalidade instrumental (aquisição de competências específicas para atuar no mercado competitivo), relegando ao segundo plano aquilo que não pode ser categorizado numericamente. Desse ponto de vista, o processo de ensino e de aprendizagem escolar fica restrito à aquisição de competências e de habilidades emanadas dos organismos internacionais e fundações empresariais (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, Fundação Lemman, Instituto Ayrton Senna, respectivamente) e outras políticas neoliberais que orientam os rumos da Educação, traduzindo-se no que Foucault (2008) chamou de governamentalidade.

De acordo com o pensamento de Foucault (2008), a governamentalidade constitui-se por um conjunto de mecanismos e ferramentas de dispositivos de governo, exercendo o gerenciamento da população.

O conceito de governamentalidade é de fundamental importância para se pensar a educação e as práticas educacionais que nela se desenvolvem.

Diante do exposto, podemos afirmar que o termo governamentalidade surgiu em Foucault no texto “Segurança, território e população”, curso ministrado pelo filósofo no *Cólege de France*, como tentativa de caracterizar as diferentes formas pelas quais cada um governa a si mesmo e aos outros.

Por esta palavra governamentalidade entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas

que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população (FOUCAULT, 2008, p. 143).

No texto mencionado, o filósofo compreendeu que os sujeitos transformaram-se em agentes econômicos com a capacidade de valorizar e ampliar constantemente habilidades profissionais a fim de tornarem-se competitivos no mercado neoliberal.

Não é por acaso que as políticas públicas atuais tomam o corpo dos estudantes como instrumentos para intervenções operacionalizadas dentro de novas configurações governamentais.

O discurso empreendedor também é justificado dentro do debate das políticas públicas educacionais. Dois documentos publicados pelo governo federal chamam a atenção: o parecer CNE/CEB n° 13/2010 (BRASIL, 2010), que tratou da inclusão do empreendedorismo como componente do currículo escolar desde a Educação Infantil, e o Decreto n° 10.393, de 9 de junho de 2020 (BRASIL, 2020), que instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira.

O texto do Parecer CNE/CEB n° 13/2010 inseriu a iminente necessidade da inclusão do empreendedorismo na escola, potencializando os valores da competitividade e da lucratividade como eixos norteadores da formação escolar.

Na esteira da Pedagogia do empresário de si, o Decreto n° 10.393/2020 reproduziu as diretrizes emanadas do Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século 21 (DELORS, 2010). Os dois documentos propõem a inserção do empreendedorismo enquanto tema transversal na Educação Básica, fomentando o protagonismo em relação às demais disciplinas (DOLABELA, 2003).

Exemplificando o debate sobre cultura do desempenho na escola, destacamos o Programa de Educação Empreendedora voltado para crianças dos Ensinos Infantil e Fundamental utilizado por muitas escolas privadas de São Paulo: Max, o empreendedor¹². O objetivo desse programa é fomentar o talento das crianças identificando características empreendedoras, valorizando comportamentos estratégicos e incentivando a elaboração

¹² Trata-se de um sistema de ensino criado por uma pedagoga do conceituado colégio Objetivo de São Paulo. Um professor diferente, descolado personificado na figura de um cãozinho foi criado com o objetivo de ensinar práticas empreendedoras nas escolas brasileiras. Através do site da escola, é possível conhecer alguns materiais educativos. O referido programa foi exposto como uma metodologia de promoção empreendedora, abordando os seguintes pontos: alfabetização financeira, liderança, gestão, responsabilidade social, marketing pessoal (JÚNIOR, 2011).

de Projetos de Vida. Dito de outro modo, desde a primeira infância, há o incentivo e a valorização do investimento em capital humano, vendendo a ideia de que, para ser um vencedor na vida, é necessário empreender logo no início, sem medos (DOLABELA, 2015).

Sob essa perspectiva, o processo de ensino e de aprendizagem de conteúdos escolares se torna restrito apenas ao desenvolvimento de competências e de habilidades. O trabalho docente é reduzido à execução de um trabalho instrumental cujo foco é o desenvolvimento de competências específicas, a exemplo daquelas postas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nessa perspectiva de educação escolar, aprende-se ainda a criar o próprio emprego: é o conhecido empreendedorismo ensinado desde a Educação Infantil nas escolas mais abastadas. Caso não consiga, “o indivíduo será responsabilizado por sua falta de empenho, energia e vontade” (ASSIS; LIMA, 2019, p. 44).

Diante do exposto, presentifica-se o discurso sedutor amparado na ideia de progresso a qualquer custo. Basta o indivíduo ser empresário de si, desempenhar funções ao máximo, consubstanciando a adesão a um estilo de vida, ao governo de si. Nota-se que a escola deve transformar-se numa empresa.

Villela (2005, p. 37) pontuou que a escola comprometida com o sucesso do estudante necessita seguir princípios-chave no quesito aquisição de competências e de habilidades: “eficiência, suficiência, desempenho, consistência e parcerias”. Tais concepções compreendem a escola como instituição cujo objetivo é fomentar o crescimento econômico. E essas concepções são fundamentadas por pedagogias e organizações multilaterais capazes de “promover uma pilotagem sobre o que deve ser ensinado nas escolas, e de que maneira isso deve ocorrer” (SANTOS, 2015, p. 94).

Ainda no debate sobre cultura do desempenho, intelectuais como Perrenoud são conceituados como “um dos principais autores que apresentam o ensino por competências como uma possível alternativa ao fracasso escolar” (RICARDO, 2010, p. 612). O conceito de competências formulado por Perrenoud é utilizado como referência por outros autores, inclusive brasileiros como Dolabela (2015) e Villela (2005) tratados nessa discussão.

É nessa perspectiva que Perrenoud (2000) propôs o desenvolvimento de competências como recursos indispensáveis à educação requerida pelo século 21. Segundo o autor francês, o acúmulo de conhecimentos não garante a preparação do indivíduo para os novos cenários. É necessário aplicá-los, garantindo a integração dos indivíduos à cultura do desempenho. Aqui, protagonismo é sinônimo de desempenho. Aprofundaremos essa discussão ao longo da pesquisa.

Pela exposição acima, nota-se que ao indivíduo é depositada toda a responsabilidade pelo seu percurso formativo, desdobrado em práticas de autogoverno. Essa ênfase pela crescente aquisição de competências e de habilidades alcança centralidade no discurso pedagógico atual, apontando a Pedagogia Empreendedora como uma abordagem inovadora. Essa “lógica ocupa lugar tático no governo sob a noção de sujeito que empreende a si mesmo” (CALIXTO, 2013, p. 28).

Assim, produz-se o perfil do sujeito empresário de si: flexível, inventivo, competitivo, adaptável.

Dito de outro modo, muito mais do que gerir a própria carreira, produz-se uma forma de gerir a vida. Não importa o refletir. Leva-se em consideração apenas o produzir e o desempenhar. Nota-se que a Pedagogia do empresário de si encarrega-se de “despertar” vocações empreendedoras nos estudantes, acrescentando que a ação empreendedora é caracterizada pela capacidade de gerar e gerir “novos” conhecimentos, sendo, portanto, oposta a uma escola obsoleta e sem vínculos com a realidade dos estudantes, entendem seus defensores.

De acordo com Dolabela (2003), o que se pretende com a Pedagogia Empreendedora é gerar comportamentos e ações empreendedoras nos estudantes, dotando-os de saberes técnicos e instrumentais necessários à educação do futuro. Na mesma linha de raciocínio de Dolabela (2003), Carvalho (2004, p. 13) afirmou que é fundamental a educação atual pautar-se em três princípios básicos: “liderança, desempenho e percepções”.

Pelo exposto, a cultura do desempenho atravessa os currículos escolares, deixando pouca margem à reflexão e os modos de resistência e de questionamentos. Para se ter uma ideia do que estamos tratando, o projeto “Oficina do Empreendedor” de autoria de Dolabela (2003), em parceria com a ONG Visão Mundial, já atendeu cerca de 90.000 estudantes da educação básica em Minas Gerais, e 224.000 estudantes no estado do Paraná. Depois do teste piloto desenvolvido nas cidades de Belo Horizonte e Japonvar (MG), em 2002, vários outros estados compraram esse projeto na tentativa de inovar as escolas. Até um prêmio foi criado para homenagear prefeitos empreendedores - prêmio Mário Covas. Assim, o empresário de si necessita desenvolver:

[...] habilidades e capacidades necessárias para criar uma empresa integrando os programas de ensino em todos os níveis: fundamental, médio e superior. Independentemente do nível de ensino, a ênfase deve ser

concentrada no desenvolvimento da capacidade individual de procurar e identificar novas oportunidades (DOLABELA, 2003, p. 27).

Pelo exposto, desde a mais tenra idade, as crianças são estimuladas a investirem em capital humano, sendo orientadas a elaborarem planos de negócios, a estudarem Propaganda e Marketing, a desenvolverem comportamentos de liderança tornando-se, no futuro, prósperos empreendedores¹³. Ilustrando o debate sobre a produção do empresário de si, a fundação Júnior Achievement - organização educativa mantida por uma iniciativa privada norte americana - é responsável pelo desenvolvimento de projetos pautados na Pedagogia Empreendedora em mais de 112 países, atendendo, aproximadamente, 6,5 milhões de estudantes (JÚNIOR, 2011). Só no Brasil, mais de 500 mil estudantes participaram de seus programas, afirmou Júnior (2011).

Os programas da Júnior Achievement utilizam a metodologia conhecida como “Aprender-fazendo”. De acordo com Júnior (2011), nessa proposta metodológica, os fundamentos do empreendedorismo são transmitidos através de exercícios, jogos, desafios, simulações. Apenas as competências técnicas são enfatizadas nessa proposta. Desse modo, se a escola tradicional não gera competências e habilidades nos estudantes, resta à Pedagogia Empreendedora - enquanto dispositivo da cultura do desempenho - proporcionar uma formação “sedutora”, vendendo-a como alternativa inovadora.

Outra proposta que faz compreender a Pedagogia do Empresário de si enquanto dispositivo de controle, de governamentalidade pautada em bases econômicas e neoliberais é o “Prêmio Educação Empreendedora Brasil”.

Trata-se de uma iniciativa do Instituto Endeavor com o intuito de valorizar e divulgar experiências inovadoras de empreendedorismo no Ensino Superior. O objetivo é reconhecer os profissionais que trabalham com o tema, transversal às demais disciplinas. “Ninguém vai ensinar outra pessoa a ser empreendedora, mas o professor deve instigar essa característica em seus alunos (INSTITUTO ENDEAVOR, 2009, p. 37).

Diante desse cenário, projeta-se uma “nova” arquitetura à formação escolar ancorada em critérios de eficiência e eficácia pautados nos interesses do mercado. Daí o nosso interesse em investigar o modo como a cultura do desempenho se traduz como proposta formativa na atualidade, produzindo efeitos de governamentalidade na escola.

¹³ Para se ter uma ideia, algumas escolas privadas desenvolvem cursos e programas cujo objetivo é despertar “vocações” empreendedoras nos estudantes.

Na tentativa de pensar em outras bases a temática da cultura do desempenho manifestada na pedagogia do empreendedorismo, do aprender a aprender constantemente, nas competências racionais e socioemocionais, vimos em Foucault uma maneira de produzir a insubmissão voluntária, a reflexão indócil.

A ATITUDE CRÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE NÃO SER GOVERNADO DESSA MANEIRA

No artigo “Qu’est-ce la critique?”, Foucault (1995) se propôs a desenvolver a arqueologia da atitude crítica. Em sua concepção, a crítica, como elemento contrário às artes de governar, desenvolveu-se por alguns caminhos.

Historicamente, a atitude crítica teve seu início na pastoral cristã como forma de contraposição aos ensinamentos religiosos. Em seguida, Foucault (1995) anotou que a atitude crítica adveio do direito natural. Ou seja, não querer ser governado desse modo implicava recusar leis consideradas injustas.

A atitude crítica consistia em se contrapor ao governo que tais leis exigiam. Por fim, Foucault (1995) considerou que a atitude crítica, ou seja, o “não querer ser governado” é a recusa das verdades, questionando-as daqueles que se dizem delas portadores, pois a atitude crítica é o “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade, pois bem, a crítica será a arte da indocilidade refletida (FOUCAULT, 1995, p. 5)”. Assim, a atitude crítica implica o desassujeitamento na possibilidade de interrogar a verdade em seus discursos e práticas de domínio.

Diante do contexto de que sempre estamos frente a dispositivos de governamentalização da vida, é necessário “resistir ser governado por determinados agentes” (FOUCAULT, 1995, p. 6).

Para Foucault (1995), a atitude crítica, enquanto arte de resistência diante das formas de governo, necessita desenvolver-se não apenas como exercício de interpretação do momento atual, mas como prática que sugere a relação do indivíduo consigo próprio.

A atitude crítica nos moldes postulados por Foucault (1995, p. 6) traduz-se como “arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida”.

No debate proposto, demarcou-se como a obediência irrefletida é mascarada pela ausência de contestação, inserindo a cultura do desempenho como essencial à formação individual, ou melhor, à adaptação dos indivíduos aos imperativos neoliberais, ao governo de si.

De acordo com Veiga-Neto (2011), Foucault (1995) evidenciou os limites da aceitação da condição humana em obedecer, assumindo uma posição dócil.

O que se pontua nesse debate é que a atitude crítica, enquanto prática formativa, encontra possibilidades de realização enquanto resistência às formas de governo de si. A crítica “teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo de que se poderia chamar a política da verdade” (FOUCAULT, 1995, p. 18).

A perspectiva filosófica assumida neste trabalho para estudar o tema proposto, a crítica como atitude se traduz como proposta pela qual os indivíduos podem resistir às técnicas de controle de si que tentam governá-los.

Assim, relacionando a problematização do empreendedorismo às contribuições teóricas foucaultianas, é possível resistir às técnicas de governo recusando as formas de conduta de si e dos outros, principalmente nos dias atuais em que a Pedagogia do aprender a aprender, aliada ao capitalismo neoliberal, gerencia as subjetividades, negando a criticidade e a contraconduta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conceber o indivíduo atual desprovido de crítica e de reflexão é compreendê-lo como indivíduo governamentalizável, ou seja, um indivíduo que não reflete, muito menos questiona o seu contexto. Designam-se padrões de condutas na vida das pessoas a fim de desenvolverem lógicas econômicas privilegiadas pelo projeto biopolítico. Fabricam-se indivíduos, padronizam-se condutas para os tornarem úteis e dóceis diante da proposta biopolítica esperada, tendo as vontades padronizadas.

No campo do debate sobre a cultura do desempenho, nota-se que os indivíduos, ao se tornarem empresários de si, competitivos e eficientes, são governados dessa maneira sem resistirem a essa forma de governo.

Tanto quanto “a escola disciplinar, agora em crise aguda, também a escola contemporânea toma o corpo e a vida das crianças como matéria farta para intervenções

operacionalizadas a partir das novas figuras do governo neoliberal” (CESAR, 2010, p. 232).

Diante do assinalado, a cultura do desempenho pode reforçar dicotomias no interior das escolas, tais como formação para a autonomia x formação específica, formação x capacitação, cultura x utilitarismo. Em nosso entendimento, a educação pautada pela cultura do desempenho traduz-se no que Foucault (2008) caracterizou como governamentalidade.

O que temos feito de nós mesmos sob as formas de controle e adestramento da vida? Como resistir?

Com esses questionamentos, pretendeu-se desenvolver a reflexão sobre as formas como Foucault concebia a Filosofia enquanto modo de vida. E, para isso, o filósofo toma a atitude crítica para questionar as verdades, as formas de dominação e os efeitos que elas têm sobre nós.

Logo após dedicar estudos sobre contracondutas pastorais no período medieval, Foucault pronunciou a conferência “O que é a crítica”. O filósofo se propôs a desenvolver a genealogia da atitude crítica aprofundando a tese de que a crítica, enquanto atitude, é originária das contracondutas pastorais. Em outras palavras, as contracondutas “são movimentos que procuram escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir” (FOUCAULT, 1999, p. 256- 257). No contexto da cultura do desempenho, resistência, contracondutas e a questão de como não ser governado de tal maneira não estão presentes.

Em Foucault (1999, p. 35): “[...] a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se outorga o direito de interrogar a verdade sobre os seus efeitos de poder [...], a crítica seria assim a arte da insubmissão voluntária, a da indocilidade refletida”.

É nessa perspectiva que o texto “O que é crítica” foi objeto de análise e de pensamento no sentido de produzir formas outras de pensar, de criticar e de se contrapor aos imperativos da governamentalização ancorados na cultura do desempenho.

É necessário pontuar que não somos contrários à inovação de propostas formativas na educação. O que estamos propondo na presente investigação é pensar, por outras vias, o modo como a escola se rende aos imperativos da governamentalidade.

Fomentou-se, na presente discussão, a crítica sobre o presente e a relação que o sujeito estabelece com o empreendimento de si.

O conceito de governamentalidade serviu de suporte para refletir sobre o modo como as propostas formativas atuais endossam a produção de subjetividades assujeitadas.

Problematizar o presente criticamente em busca de reformulações contínuas das subjetividades é a possibilidade que Foucault (2008) oferece ao sujeito para resistir às formas de assujeitamento.

Em nosso entendimento, desenvolver a atitude crítica é ultrapassar o previamente designado por programas e propostas educativas alinhadas ao gerenciamento subjetivo.

Assim, resistir às formas de governamentalidade da vida é insistir na produção de outras subjetividades que não aquelas provenientes da cultura do empreendedorismo.

Rejeitar esse sujeito empreendedor de si (adestrado, adaptado, controlado, produtivo e competitivo) - que foi transformado para ser governado - é apostar na vida para além das formas de governo atuais, possibilitando a crítica e a contraconduta.

Os sistemas educativos “se nos conformam a esta subjetividade podem também abrir outras formas de nos relacionarmos conosco, produzindo formas outras de vida” (GALLO, 2017, p. 92).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Camila; LIMA, Laís. Subjetividade docente em tempos de cultura da performatividade. *Revista Tecnia*, v. 4, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/292>. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL (2020). *Decreto nº 10.393*, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jun. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL (2010). *Parecer CNE/CEB nº 13*, de 4 de agosto de 2010. Consulta acerca da inclusão do Empreendedorismo como disciplina no currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional e da Educação Superior. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6552-pceb013-10&Itemid=30192. Acesso em: 5 fev. 2023.

CALIXTO, Cláudia. *Querer, obedecer e empreender: o governo de si e dos outros nos discursos pedagógicos (final séc. XVIII e início séc. XIX)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação da USP, 2013.

CARVALHO, Denise. *Variáveis associadas ao perfil empreendedor: relações com modelos familiares e formação empreendedora*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004.

CARVALHO, Rodrigo; SILVA, Roberto Rafael. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame. *Educar em Revista*, Curitiba, n° 63, p. 173-190, jan./mar. 2017.

CESAR, Maria Raquel. (Des) governos: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. *Revista Educação e temática digital*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 224-241, jul./dez. 2010.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2010.

DOLABELA, Fernando. *Empreendedorismo sem fronteiras*. Rio de Janeiro: alta Books, 2015.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.

DOLABELA, Fernando. *Pedagogia empreendedora: o ensino do empreendedorismo na Educação Básica voltado para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Cultura, 2003.

FOUCAULT, Michel. *O que é crítica?* (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela L. Borges. Edições texto e grafia, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALLO, Silvio. O 'efeito Foucault' em Educação. *Revista Pro-Posições*, v. 25, n. 2, p. 15-21, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/MCtFSfqBwtSLygWyZyQDV4J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.

INSTITUTO ENDEAVOR. *O prêmio do empreendedorismo: conceitos*. 2009. Disponível em: <http://www.educacaoempreendedora.org>. Acesso em: 02 jun. 2023.

JUNIOR, Otávio Paulo. *O espírito do capitalismo e a cultura do empreendedorismo: educação e ideologia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011.

NOSELLA, Paulo. A atual política para a educação no Brasil: a escola e a cultura do desempenho. *Revista Faz Ciência*, v. 12, n. 16, p. 37-56, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download>. Acesso em: 23 maio. 2023.

PERRENOUD, Phillipe. *Dez novas competências e habilidades para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RICARDO, Elio. Discussão acerca do ensino por competências: problemas e alternativas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, p. 605-628, maio/ago. 2010.

SANTOS, Jane. *Política de avaliações externas: a ênfase na questão das competências*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VILLELA, Cláudia. *Empreendedorismo na escola*. São Paulo: Artmed, 2005.